

---

# O pensamento pedagógico feminino brasileiro: uma pesquisa a partir da perspectiva de Paulo Freire

---

**Verone Lane Rodrigues**

Doutoranda em Educação pela USP;  
Mestra em Educação e pesquisadora vinculada à  
Cátedra do Oprimido, da Unifreire (IPF);  
São Paulo – SP [Brasil]  
[veronelane@terra.com.br](mailto:veronelane@terra.com.br)

Propõe-se, neste estudo, uma reflexão a respeito da construção epistemológica feminina contemporânea, cuja formulação pedagógica seja inspirada em Paulo Freire. Esta pesquisa parte da epistemologia freiriana que considera que aqueles que estão na base da pirâmide social estão no cimo da pirâmide do conhecimento. As legitimações sociais das expressões científicas femininas não fariam parte da astúcia masculina, consciente ou inconscientemente, presente nos processos de cooptação, que silencia outras possibilidades de formulações que não aquelas produzidas, hegemonicamente, na comunidade do conhecimento? Esta questão é uma das indicações de rumos para pesquisa sobre esta temática. O pensamento freiriano é de que homens e mulheres se libertam por meio do processo educacional-pedagógico – que é cultural, político e epistemológico –, e da assunção de uma ontologia na qual é essencial a capacidade de ter esperança, uma vez que os seres humanos vivem a permanente tensão entre o que são e o que querem ser.

**Palavras-chave:** Epistemologia feminina. Epistemologia freiriana.

Quero poder ocupar na sociedade um lugar igual ao do meu companheiro. Iguais ao nascer e no morrer, havemos também de ser iguais no viver [...]¹

## 1 Apresentação

Os referenciais teóricos que inspiraram e fundamentaram a elaboração desta comunicação de pesquisa estão contidos nos pressupostos básicos dos *Paradigmas do Oprimido*². Esta teoria é uma tentativa de “reinvenção”, por ampliação de seu universo de aplicação, de uma das mais poderosas formulações de Freire (2003, p. 45), que afirmou: “Por isso é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam.”

Da mesma forma, tentando atender à admoestação de Paulo Freire, de que suas idéias não deveriam ter discípulos, nem ser repetidas, mas recriadas em cada contexto, tenho, pessoalmente, feito um esforço para interpretar os *Paradigmas do oprimido* na perspectiva feminina, considerando que as mulheres, de uma maneira geral, em nossas formações sociais, são silenciadas e oprimidas, até mesmo nos universos de oprimidos. Assim, temos sempre alertado os companheiros que trabalham no Grupo Paradigmas do Oprimido que as tentações “sexistas” estão presentes na própria linguagem e que, portanto, devemos acrescentar sempre o vocábulo feminino “oprimida” às qualificações masculinas, pois, se a teoria aí desenvolvida estiver certa, somente a mulher, enquanto personagem – o substantivo comum de dois gêneros, aqui, é proposital – historicamente oprimida, é capaz de se autolibertar da relação machista e,

em assim fazendo, libertar seu opressor masculino da alienação de oprimir os outros gêneros.

Partimos das mesmas linhas norteadoras da epistemologia freiriana, com ênfase no pressuposto de que a pirâmide epistemológica está invertida, por mais que os oprimidos e oprimidas tenham a tentação de hospedar seus (as) opressores (as) e ler o mundo com os olhos alheios. Em outras palavras, estou convencida, pelos menos até o ponto a que cheguei de meus estudos e pesquisas, de que é muito forte a hipótese que considera os da base da pirâmide social como portadores de melhores condições para estar, em razão de sua situação social, no cimo da pirâmide do conhecimento, ou seja, quem é oprimido ou oprimida, do ponto de vista econômico, político, social e cultural, tem mais possibilidade de enxergar melhor (mais criticamente) a realidade em que vivem os seres humanos da sociedade imediata e mediata, do que aqueles que se encontram no topo da pirâmide social.

Como isso é possível, se os oprimidos e as oprimidas, na maioria das vezes, “hospedam” seus opressores (as), como dizia Freire (2003), e passam a se referenciar em suas idéias, valores, projeções, aspirações e ideais? Esta inquietante indagação é um permanente problema no Grupo Paradigmas do Oprimido. Afinal, Marx³ tinha ou não razão, quando afirmou que as idéias dominantes nas sociedades classistas são as das classes dominantes? E, no caso específico da mulher, sua tendência, nesse particular, não seria a de reproduzir as categorias masculinas, ao analisar o mundo e formular projetos pessoais e sociais? Como é possível, então, a elaboração e a formulação específicas do pensamento da oprimida? As poucas legitimações sociais das expressões científicas femininas não fariam parte daquela astúcia masculina, consciente ou

inconscientemente, presente nos processos de cooptação, que silencia formulações “mais perigosas” e ameaçadoras de sua hegemonia na comunidade do conhecimento?

Todas essas questões, aplicáveis também ao universo da opressão que se dá apenas entre homens, não são muito fáceis de ser respondidas no espaço curto de um texto. O que se faz, portanto, a seguir, são algumas provocações e indicações de rumos para futuras pesquisas e estudos mais aprofundados sobre essa temática, sem dúvida alguma muito importante, não só para maior clarividência científica, mas também para que a “sociedade do conhecimento” não seja um “banquete” apenas para os homens, servidos pelas mulheres. Em suma, essas reflexões são fundamentais tanto para a produção do conhecimento quanto para a atuação política e, por que não dizer, para a construção da felicidade dos dois gêneros. Aqui, cabe, mais uma vez, tentar reinventar Freire: o ato de pesquisar, como o educativo, é, ao mesmo tempo, pela ordem, político e epistemológico.

## 2 Astúcia dos opressores e das opressoras

“Astúcia” era um termo que Paulo Freire usava muito para designar os processos e procedimentos dos(as) dominadores (as) sobre os (as) dominados (as), sem o uso da violência física. Em outros termos, “astúcia” traduzia, para ele, a dominação pela cooptação, pela violência simbólica, pela força do argumento, e não pelo argumento da força. Assim, é astúcia dos (as) opressores (as) o fato de convencerem seus (as) oprimidos de que as coisas são de determinada maneira, porque sempre o foram, ou que suas idéias, valores e projeções são os mais válidos e

os mais desejáveis. Tanto em um caso quanto no outro, a astúcia está em convencer outrem de que a realidade histórica é natural – Paulo Freire falava mesmo de certa naturalização das relações sociais – e de que uma determinada perspectiva de ver o mundo é a perspectiva de ver o mundo. A astúcia está na identificação do particular com o geral, do singular com o universal. Foi assim na Revolução Francesa, por exemplo, quando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão identificou um gênero (masculino) com a humanidade inteira.

Diante desse raciocínio, aflora-se mais um problema para os (as) oprimidos (as): Como superar a astúcia opressora, sem substituí-la por uma oprimida? E, no caso específico das mulheres, como superar a pretensão masculina da universalidade, sem cair na mesma pretensão, identificando apenas o gênero que se liberta com a humanidade inteira? Uma “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”<sup>14</sup> não seria a mesma astúcia na perspectiva feminina? A interação de um lado com o outro seria o ideal, mas esbarra, de início, na própria língua e na linguagem, que não possui termos capazes de exprimir os dois gêneros ao mesmo tempo, respeitando suas identidades próprias. Por aí se percebe o tamanho da tarefa de quem se propõe a encontrar caminhos para a superação da astúcia mencionada. Não será a simples troca de papéis sociais, ou seja, a substituição do discurso masculino pelo feminino que levará a um real comprometimento com a transformação social, que deve incluir a todos e todas, homens e mulheres, em um mundo mais humanizador e mais justo.

O interesse maior de todas essas indagações e questionamentos reside em submeter a ideologia, proclamada e defendida pelos grupos hegemônicos, ao crivo da crítica, com o fito de

reclamar o respeito às identidades específicas e desejáveis, uma vez que a riqueza humana não está nas regularidades nem na homogeneidade, mas nas diferenças e na heterogeneidade.

As relações de assimetria social entre homem e mulher foram formuladas e incorporadas historicamente, ou seja, tiveram início em contextos específicos (e, por isso, podem ser mudadas), mas têm sido apresentadas até hoje como naturais e imutáveis, cujos efeitos consolidam a reprodução e aprofundam as desigualdades sociais e a infelicidade humana.

As diferenças, que poderiam servir de base para o desenvolvimento de outros olhares sobre o conhecimento, criariam outros lugares de enunciação, cujos sujeitos (ou sujeitas) têm sido apenas objeto de enunciados. No entanto, vale salientar que há uma especificidade do pensar feminino, calcada não apenas nos condicionamentos e no tráfico ideológico da dominação masculina, mas também nas determinações históricas<sup>5</sup>, necessárias e contingentes. E esse papel começa a se configurar quando o ser humano percebe-se como determinado historicamente. Para o pensamento burguês, é muito difícil admitir a liberdade no contexto da determinação. Na perspectiva freiriana, o processo de libertação começa com o reconhecimento de nossa determinação, ou, em termos mais simples, o pensamento ocidental, cristão, branco e masculino hegemônico opõe liberdade e determinação, enquanto o contra-hegemônico integra a liberdade no processo de reconhecimento (conscientização) da determinação.

Assim, a ênfase que temos dado é a de compreender como a mulher oprimida elabora e constrói seu entendimento de vida, respectivamente para fazer a leitura crítica do mundo e para lutar por sua emancipação. Não se trata, portanto, da revolução sexual, que pretende

substituir a hegemonia masculina pela feminina, nem da construção dos processos violentos que tornam a mulher inimiga do homem, seu opressor histórico, mas de ler, criticamente, a realidade, buscando espaços de inclusão de oprimidos (as) e opressores (as) re-humanizados, isto é, libertos da alienação que lhes foi imposta, em níveis diferentes, pelas relações de opressão.

O descrédito, a desqualificação e a indiferença olímpica masculina à voz e à obra da oprimida, na maioria das vezes, fazem parte de um jogo político, e não de uma discussão epistemológica, porque as produções femininas não têm merecido a análise crítica, ampla e profunda, de que são objeto as obras produzidas pelos homens. Em geral, predomina o preconceito de que são produções inferiores, uma vez que falta às mulheres a objetividade masculina, ou, no mínimo, são impregnadas pelas subjetividades sentimentais. Razão e sensibilidade parecem não combinar com o discurso predominante na comunidade científica, na medida em que a objetividade da ciência domina, soberanamente, as demais (possíveis) interpretações da realidade.

Se a busca da conquista do espaço público, que sempre foi considerado restrito apenas aos homens, tem avançado, a ocupação dos territórios científico e epistemológico tem encontrado a mais ferrenha resistência, talvez, porque aí esteja uma das mais poderosas armas da libertação feminina, no contexto da Sociedade do Conhecimento.

Ser aceita como sujeito da enunciação científica, e não apenas como objeto da enunciação masculina é o desafio da mulher no novo século, isto é, a marcha da libertação da mulher no século XXI que compreende, obrigatoriamente, em nosso entender, a luta pela igualdade

científica e epistemológica. E, nesse sentido, a própria epistemologia tem de ser superada por uma “sociologia do conhecimento silenciado”, porque, a permanecer a discussão no campo epistemológico, as mulheres levam uma grande desvantagem, dado o sexismo lógico da produção nesse campo da atividade humana.

O local e a perspectiva de elaboração do conhecimento hegemônico têm impedido a abertura de novos locais epistemológicos, obnubilando a percepção de outras perspectivas epistemológicas, ou seja, de outros olhares e enunciados.

Os outros locais gnosiológicos, as demais perspectivas epistemológicas, os outros olhares e enunciados, se quiserem fazer avançar o processo civilizatório, não podem agir da mesma maneira, hegemônica, universalista, exclusivista, como agem a “Ciência”, a “Teoria da Ciência” e a “Pedagogia” “bancárias”. A “(Cons)ciência”, a “Sociologia das (Cons) ciências Silenciadas” e a “Pedagogia dos Oprimidos e Oprimidas” devem substituir as anteriormente mencionadas, na medida em que são processos de enunciação, e não enunciados; são movimentos, e não estruturas; são proposições, e não discursos e são anúncio, e não enunciados. Essa pedagogia é, no fundo, uma “Pedagogia da Humanidade”, porque seus objetivos não cobrem, apenas, uma parte da humanidade, mas a humanidade inteira, homens e mulheres, de todas as idades, de qualquer etnia ou condição social, de qualquer orientação política, religiosa ou sexual.

Como Freire (2003) mesmo afirmou, em uma sociedade universalmente inclusiva, no sentido de considerar a todos como sujeitos até de enunciações específicas, não haverá mais opressor nem oprimido, mas uma nova geração de homens e mulheres livres e felizes. Penso que esta foi uma das principais, senão a

mais importante contribuição de Paulo Freire para a humanidade: uma teoria da libertação de homens e mulheres por meio do processo educacional-pedagógico – que é cultural e, por isso mesmo, político e epistemológico –, pois a ontologia distintiva humana é a capacidade de ter esperança de ser mais, visto que todos os indivíduos da espécie vivem a permanente tensão entre o que são – incompletos (precisam do/a outro/a), inconclusos (estão em evolução, em mudança permanente) e inacabados (são imperfeitos) – e o que querem ser (mais).

### **3 O pensamento pedagógico feminino brasileiro**

Geralmente, as indagações a respeito das temáticas femininas estão permeadas, ora pela exacerbação dos ataques feministas radicais, ora pela inibição da resistência das mulheres que não querem ser caricaturadas por estereótipos. Gutiérrez (1985) já alertava que o feminismo não poderia ser confundido com um machismo às avessas, porque deve ser uma prática política contrária a “misoginia” do patriarcado, sem significar a restauração do matriarcado nem sequer a implantação de uma “ginecocracia”. A autora considera que a grande preocupação da sociedade machista, em relação ao movimento feminista, repousa no pensamento de que cada vitória feminina significa uma derrota masculina, ou seja, há uma hierarquização do pensamento no sentido da perda de privilégios conquistados à custa da dominação e opressão. Essa autora considera, ainda, que o movimento feminista, muitas vezes, foi pejorativamente interpretado, ao ser considerado como um movimento de “mal-amadas”, quando comparadas às “bem-amadas”, ou seja, às mulheres aduladas em troca de pas-

sividade, docilidade e submissão. Na verdade, há uma confusão relacionada ao tipo de amor que as mulheres desejam, ou seja, um amor sem apropriação, maduro, mais humano.

Outro dilema associado ao movimento feminista deriva da necessidade de uma compreensão da revolução sexual reivindicada historicamente pelas mulheres. Esse movimento foi, muitas vezes, confundido tanto por homens quanto por mulheres, como forma ingênua de interpretação, significando somente a busca pela liberdade sexual plena, com a facilidade de relacionamentos. A liberdade sexual reivindicada pelas mulheres passou a ser sinônimo de disponibilidade.

Nesse caso, quando se afirma que há necessidade de resgatar a epistemologia feminina brasileira contemporaneamente, o que se está querendo ressaltar é o reconhecimento do próprio conhecimento feminino e de sua legitimação, que é potencialmente transformador somente quando as análises históricas de seus contextos forem levadas em consideração.

Muitas críticas são feitas a respeito da exclusão que os movimentos marxistas fazem em relação ao trato das questões feministas, considerando alguns itens essenciais à luta das mulheres como questões menores, na medida em que dificultariam a visibilidade da luta de classes.

O movimento feminista traz, em sua essência, a potencialidade revolucionária, na medida em que tenta reverter, consciente ou inconscientemente, os resultados da provável primeira luta de classes da história da humanidade, travada ainda nas longínquas comunidades da “Pré-História”<sup>6</sup>, e que, segundo Reich (s/d), permitiu ao gênero masculino a transformação do matriarcado em patriarcado, com vistas a garantir a linha da herança dos bens acumulados. Além

de demonstrar a determinação econômica em última instância, este pensador deu importância substancial à luta entre homens e mulheres – e, por isso, constitui exceção no universo dos pensadores marxistas –, comprovando, cabalmente, que, para garantir o controle do produto social, os homens tiveram de impor uma profunda opressão às mulheres, especialmente por meio da monogamia e criando o tabu generalizado nas sociedades burguesas, que é a estruturação da família, fundamentada no patriarcado e na exaltação da mulher apenas como objeto do prazer masculino e como mãe, confinada no espaço doméstico.

Algumas reflexões se tornam necessárias: afinal, se existe produção de uma teorização feminina, esta carece de pesquisa?

Na abordagem do tema “mulheres”, faz-se importante distinguir, entre outras, duas perspectivas. Uma, mais tradicional, que as considera alvo dos enunciados, isto é, como objeto de conhecimento, e outra, mais recente, que as considera enunciadoras, ou seja, como produtoras de conhecimento e de teorias.

Relativamente à primeira perspectiva, são raras as editoras que reservam espaço para edições sobre as mulheres ou sobre o gênero feminino. Nas bibliotecas e livrarias, é comum a dispersão das obras e dos artigos nas estantes e nas mais diversas coletâneas sobre as mais diversas áreas do conhecimento, dificultando sua localização. Essa dispersão da bibliografia que versa sobre mulheres, feminismo, gênero, sexualidade, família, entre outros temas, exige muito esforço e perseverança para sua localização. Não há dúvidas, porém, de que a produção sobre essa temática tem-se avolumado nas últimas décadas.

A segunda perspectiva, a do reconhecimento e abordagem das obras de autoria feminina, é



um terreno “minado”, porque dominado por um seleto quadro de *scholars*, predominantemente masculinos, com evidentes preconceitos sobre a competência científica feminina, até mesmo na área das Ciências Sociais e das Humanidades. Aguiar localiza, pelo menos, duas posições díspares no que se refere às contribuições do feminismo à produção científica:

A primeira lança suspeitas sobre qualquer relação entre práticas institucionalizadas – nas universidades ou em outros espaços – e o feminismo, endossando a perspectiva de que a razão derrota a paixão. A segunda postura admite a participação de mulheres universitárias no feminismo, uma vez que nem a paixão dá conta da diversidade encontrada em um país do porte do Brasil, notório por suas desigualdades. Assim sendo, só uma aliança com professoras e pesquisadoras universitárias no feminismo poderia colocar em relevo toda a variedade das condições de vida das mulheres, subsumindo essa outra posição no mote de que a paixão desinformada não enxerga longe.

Já nas universidades, enfatiza-se a possibilidade de o conhecimento despertar um desejo de mudança [...] O conhecimento, portanto, também é gerador de utopias e de paixões (AGUIAR, 1997, p. 10).

Mais recentemente tem havido um esforço para promover o reconhecimento acadêmico da produção intelectual feminina e, no caso que nos interessa particularmente, das pedagogias produzidas sob o olhar das mulheres.

Pensar uma teorização científica, no âmbito da elaboração de um pensamento pedagógico feminino brasileiro requer esforço e leituras de mundo diferenciadas, pois exige, além da retirada de lentes masculinas, a libertação da dicotomia sexual, biológica, a-histórica, que tem justificado comportamentos de passividade e sujeição, ou de revolta radicalizada, que não restaura a busca da marcha civilizatória.

A teorização deveria sempre servir para fundamentar e compreender as relações entre homens e mulheres, com seus mundos específicos e complementares, suas realidades sociais cotidianas, particulares e entrelaçadas. Em suma, o que se necessita, no momento, é o reconhecimento das contribuições femininas no campo da epistemologia e sua legitimação.

Aguiar (1984) sugere que os contextos universitários devem reconhecer que a pesquisa dos núcleos de estudos sobre mulheres contribui, significativamente, para a ampliação e comunicação mais abrangente do conhecimento científico, na medida em que a possibilidade de interlocução entre pares – com as mulheres assim, também reconhecidas –, permite a visualização de vários ângulos do mesmo ser ou fenômeno.

Nosso interesse mais específico ainda sobre essa temática diz respeito à produção pedagógica feminina contemporânea, referenciada nas formulações de Paulo Freire<sup>7</sup>, com o fito de verificar se aí ocorreu a construção de uma “Pedagogia da Oprimida”. Em outras palavras, pretendemos investigar se a produção acadêmica das mulheres, explicitamente inspirada no legado freiriano, conseguiu, a partir de outra perspectiva, de outro olhar, de outro lugar de enunciação, dar nova dimensão a uma proposta considerada das mais revolucionárias da segunda metade do século XX.

Em nossa dissertação de mestrado<sup>8</sup>, já hávamos-nos debruçado sobre o que poderia ser considerado o vestíbulo desta problemática: como as professoras brasileiras, con-vivendo uma cidadania incompleta (formal burguesa) e mutilada (mais incompleta ainda, por causa do patriarcalismo), poderiam preparar as crianças para o “exercício pleno da cidadania”, como diz a legislação educacional brasileira?

Agora, nossa preocupação se volta, especificamente, para a continuidade desta pesquisa no doutoramento, que se encontra em fase inicial de investigação, para a produção teórica feminina que se debruçou sobre as questões da educação, com o objetivo de construir uma formulação pedagógica específica, feminina, e, por isso mesmo, capaz de superar as astúcias masculinas, por mais transformadoras e revolucionárias que sejam.

## Notas

- 1 A VOZ FEMININA. Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa, Portugal, 1868.
- 2 A *Teoria da civilização do oprimido* vem sendo elaborada, coletivamente, por grupos de pesquisadores (as) das mais diversas áreas do conhecimento e de instituições nacionais e estrangeiras, tendo como núcleo principal a Cátedra do Oprimido, do Instituto Paulo Freire, com sede em São Paulo. Essa Cátedra, como tantas outras espalhadas pelo mundo, faz parte da estrutura da *Universitas Paulo Freire* (Unifreire) e é coordenada pelo Prof. Dr. José Eustáquio Romão, que formulou a primeira versão da teoria da “Civilização do Oprimido”. (ROMÃO, 2004).
- 3 MARX, K. *O capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização, 1972.
- 4 BONACCCHI, G.; GROPPPI, A. *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1985.
- 5 Não entendidas como determinismo, mas como processos necessários e contingentes. Necessários por resultantes das correlações de forças histórico-sociais específicas, e contingentes, porque possíveis de ser transformadas.

- 6 Aqui com aspas porque constitui um período histórico do processo civilizatório humano.
- 7 Estas idéias estão em desenvolvimento em nossos estudos e pesquisas para a elaboração da tese de doutoramento, na Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, sob a orientação do Prof. Dr. Moacir Gadotti, a partir de 2005.
- 8 Mestrado em Ciências da Educação defendido na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, Portugal, em setembro de 2003.

### The Brazilian feminine pedagogical thought: a search based on Paulo Freire's perspective

It is proposed, in this study, a reflection about the epistemological feminine construction, whose pedagogical formulation is inspired in Paulo Freire. This research is part of the Freire's epistemology that considers that people who are in the base of the social pyramid are in the top of the knowledge pyramid. Do not the social legitimizations of the feminine scientific expressions be part of male astuteness, consciously or unconsciously, presented in the co-optation processes, that silences other possibilities of formulation that are not the ones hegemonically produced in the community of knowledge? This question is one of the indications of route for researches about this theme. According to Freire's thought, men and women get free through the educational-pedagogic process – which is cultural, political and epistemological - and through the assumption of an ontology in which is essential the capacity of having hope, because the human being live the permanent tension between what they are and what they want to be.

**Key words:** Feminine epistemology. Freire's epistemology.

## Referências

AGUIAR, Neuma. (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.



\_\_\_\_\_. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mentoring the mentor; a critical dialogue with Paulo Freire*. New York: Peter Lang, 1997.

GUTIÉRREZ, Raquel. *O feminismo é humanismo*. São Paulo: Antares, 1985.

REICH, Wilhelm. *A irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, (s/d).

ROMÃO, José Eustáquio. A Civilização do Oprimido. *Campus Social – Revista Lusófona de Ciências Sociais*, n. 1, 2004, p. 31-47.

SAFFIOTI, Helleieth. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

\_\_\_\_\_. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

